

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

O SEMINÁRIO DE MARIANA: DA PREPARAÇÃO DE HOMENS A SERVIÇO DE SUA MAJESTADE À SEMEADURA DE CIDADÃOS DO CÉU

Isaías Pascoal
Maria Ruth de Carvalho*

Este artigo faz parte de uma pesquisa que está sendo realizada no interior do Projeto da História das Idéias Lingüísticas no Brasil, com o objetivo de compreender e problematizar as relações entre a língua nacional praticada no Brasil no século XIX na Instituição de ensino mais antiga de Minas Gerais, O Seminário de Mariana, da cidade de Mariana.

“Se entre os proprietários de certa idade que habitam os campos das comarcas de Sabará e Vila Rica, se encontram tantos homens polidos e com certa instrução, deve-se isto em grande parte à educação recebida no seminário de Mariana.” (Saint-Hilaire, 1975:80).

“O seminário de Mariana é o estabelecimento de instrução e educação mais antigo e de melhores créditos no Estado de Minas, e foi num período de mais de meio século o único a beneficiá-lo com a instrução de seus filhos (...) Raro terá sido em Minas o homem de destaque social que nele não se tenha habilitado para a conquista da honrosa posição que desfrutou ou que esteja porventura desfrutando ainda.” (Trindade, 1951:5).

A relação das personagens que estudaram no seminário de Mariana, conhecidas em nível estadual e nacional, é longa. Entre elas se destacam eclesiásticos e leigos. O trabalho do seminário não se reduziu a formar a maior parte do clero de Minas. Foi, também, um local para os que, não desejando assumir o sacerdócio, procuravam uma formação intelectual mais sofisticada.

Por isso, entre os que lá estudaram podemos destacar, entre tantos, eclesiásticos como o cardeal Mota, Arcebispo de São Paulo; o cônego Luís Vieira da Silva, um dos mais eminentes nomes da Conjuração Mineira, aluno e, posteriormente, professor no seminário, membro do cabido de Mariana; o padre José Custódio Dias, deputado por várias legislaturas, representando Minas Gerais, na Assembléia Geral do Império, até a sua morte em 1838; cônego José Antônio Marinho, educador e historiador da Revolução Liberal de 1842 em Minas; cônego Francisco de Paula Vitor, o conhecido Pe. Vitor de Três Pontas, cultuado ainda hoje, e em processo de beatificação. Entre os leigos, sobressaem os nomes de José Basílio da Gama, ex-sacerdote jesuíta, poeta árcade; Joaquim Felício dos Santos, líder da Revolução Liberal de 1842 em Minas; o barão Homem de Melo, presidente de várias províncias brasileiras; Diogo de Vasconcelos, historiador; Gustavo Xavier da Silva Capanema, ministro da educação do governo Vargas; João Pinheiro da Silva, presidente do estado de Minas; Delfim Moreira, presidente do estado de Minas, vice-presidente e presidente do Brasil; Raul Soares, presidente do estado de Minas (*ibid.*:240-243).

O seminário foi criado em 20 de dezembro de 1750 pelo primeiro bispo da diocese de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz. Pouco antes, havia sido criado o bispado de Mariana que, por muito tempo, foi único em Minas Gerais. Antes, os misteres e a organização religiosos estavam sob a responsabilidade da diocese do Rio de Janeiro. A enorme distância que, então, separava as duas localidades, e o rápido crescimento econômico, populacional e urbano da capitania de Minas Gerais motivaram um pedido do rei de Portugal, D. João V, ao papa Bento XIV, para a criação da diocese. O papa expediu a ordem de criação em 06 de dezembro de 1745. Para isso, a antiga vila do Ribeirão do Carmo, a primeira criada em Minas Gerais, em 1711, foi elevada à dignidade de cidade, e passou a se chamar Mariana (homenagem à esposa de d. João V, Mariana d'Áustria) (Trindade, 1953:73-82).

Foi designado para o ocupar e organizar a diocese, o bispo do Maranhão, d. Frei Manuel da Cruz. A instalação do bispado só ocorreu em fevereiro de 1748, mediante festejos impressionantes, descritos no *Áureo trono episcopal*, um opúsculo em que se registraram os acontecimentos. A entrada do bispo na cidade de Mariana foi apoteótica. Os dois acontecimentos podem ser interpretados como rituais destinados a fortalecer a imagem da nova situação que, então, se implantava.

D. Frei Manuel da Cruz marcou a sua gestão pela busca incessante de dois objetivos: a moralização do clero e das práticas religiosas dos fiéis, procurando impor a disciplina ritual, doutrinária e comportamental (portanto, trata-se de controle religioso), e afirmando a hierarquia ecle-

siástica; o controle social da população dispersa pelo imenso território da capitania que se constituía como a mais importante da colônia. O primeiro objetivo é claramente religioso; o segundo, profano. Na realidade, ambos se relacionavam e se fortaleciam. A disciplina religiosa do clero e dos leigos era um importante elemento de ordenamento social e político da sociedade. Igreja e Estado se completavam e se fortaleciam na medida em que se estabelecia um controle maior e mais efetivo sobre as práticas vida cotidiana, em que a dimensão religiosa possuía peso significativo (Oliveira, 2001:209).

A criação do seminário se justificava por vários motivos. Era uma determinação do Concílio de Trento, a fim de possibilitar uma formação filosófica e teológica mais esmerada aos sacerdotes. Seria, também, o espaço para a educação de membros da elite econômico-social de Minas que, em sua falta, era obrigada a se deslocar para o Rio de Janeiro, para o exterior, ou para outras localidades no Brasil, onde havia estabelecimentos de ensino.

“O seminário de Mariana foi fundado por alguns mineiros ricos que desejavam educar bem seus filhos, sem precisar enviá-los à Europa.” (Saint-Hilaire, op.cit.:81).

A formação de sacerdotes no rigor disciplinar e na ortodoxia doutrinária era uma necessidade sentida em Minas Gerais. É um consenso na historiografia mineira a afirmação do relapso e a da indisciplina do clero, agudizada pelo ecletismo e práticas religiosas destituídas de pureza, conforme entendida pela hierarquia eclesiástica.

Saint-Hilaire, que viajou por Minas duas vezes, pinta um retrato lamentável das práticas clericais, marcadas, segundo ele, pela devassidão, abuso e ambição (simonia) (*Id.*:81-86). A criação do seminário, aliada a uma maior vigilância das práticas clericais e laicas, poderia ser um fator de saneamento na busca de uma vivência religiosa mais pura, sempre conforme o sentido que a hierarquia dava ao termo. Em sintonia com esse objetivo, certamente, a ordem social seria firmada, explicitando a ligação profunda entre os interesses religiosos e políticos que uniam Igreja e Estado.

Minas, no século XVIII, se transformou no principal centro econômico, social e político do Brasil. O eixo econômico e político é deslocado do nordeste para o sudeste. Impressiona ver como uma região interiorana, a grande distância do litoral, cercada por montanhas, desenvolveu uma sociedade urbana, rica e sofisticada, baseada na exploração de ouro e pedras preciosas. Em pouco tempo, as vilas, posteriormente, cidades, floresceram. Em seu interior, as artes plásticas e a literatura atingiram requintes

de expressão. Uma multidão de pessoas vindas de todos os lugares, inclusive de Portugal, transformou o panorama social da colônia.

A febre do ouro foi intensa. Estava inaugurado o *rush* para a região das minas. A população foi aumentando de forma paulatina e impressionava pela dimensão.

Um levantamento demográfico assinala que:

“E o povoamento não se fez esperar 30 000 pessoas na primeira década do século XVIII, de acordo com Antonil; 80 000 em 1720; cálculo feito com menos imprecisão assinalava 319 769 habitantes, no levantamento de 1776.” (Iglésias, p.368).

Essa população representava 20,5% do total da colônia. Era o seu maior contingente populacional. A título de comparação: em segundo lugar vinha a Bahia, com 18,5% (cerca de 288 848 habitantes). A seguir Pernambuco, com 15,4% (cerca de 239 713 habitantes). O Rio de Janeiro, capital da colônia, ocupava a quarta posição com 13,8% (cerca de 215 678 habitantes). As demais regiões estavam bem longe e não eram muito significativas (Maxewell, 1977:299). Esses números são muito significativos. Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro eram regiões mais antigas e litorâneas. Minas havia surgido a menos de um século e estava no interior, isolada por muitos quilômetros de matas, rios e montanha. Isso mostra a força e o magnetismo do ouro na criação de uma realidade social e histórica a partir do nada. Efetivamente, no século XVIII, o eixo mais dinâmico da economia colonial se encontrava em Minas, tendo a exploração do ouro como atividade fundamental. É sobre ele que vai se estruturar um complexo sócio-econômico-político-cultural com características diversas de tudo o que até então fora experimentado na colônia. A sociedade mineira terá um perfil urbano, a riqueza e a opulência serão expressas nas construções, nas artes e na cultura, as relações sociais e a estratificação social terão uma configuração mais complexa.

O seminário surge num ambiente que lhe dá significado e sustentação, com uma missão claramente explicitada. Esteve fechado em alguns momentos da sua história (1769-73 por má administração; 1811-21; 1842-44 em função da Revolução Liberal).

Entre 1750-58, foi entregue à administração dos jesuítas; de 1759-1854, aos padres diocesanos; de 1855-1966, aos padres lazaristas; e desde 1966, aos padres diocesanos. Por certo tempo (1854-1882), os estudos de teologia dos seminaristas eram realizados no colégio Caraça.

O auge das atividades educativas do seminário se deu sob a reitoria do padre João Batista Cornagliotto (1855-1902). Entre 1888-1900, teve uma média de duzentos alunos por ano (Trindade, p.413,423).

Os estatutos que o regeram são inequívocos quanto ao aspecto disciplinar e aos objetivos predominante religiosos. O 1º regulamento, outorgado pelo bispo D. Frei Manuel da Cruz, consta de 12 itens que ordenam a vida cotidiana, gestos, posturas e até entonação da voz, por ocasião das preces coletivas, e estabelece horários rígidos a ser cumpridos do começo ao fim do dia, entremeado de períodos de estudo, oração e lazer (*Id.*: 386-387).

Os demais regulamentos não o modificaram na essência, embora suavizassem, ao menos na forma escrita, a rigidez disciplinar, ao mesmo tempo que abriam espaço para outros tipos de conhecimentos que não apenas o religioso¹.

O controle do que era ensinado devia ser rígido. Como era praxe em todas as instituições de ensino, públicas ou privadas. Os documentos deixam escapar uma pista referente a este ponto. Embora seja apenas uma simples citação, a documentação, marcadamente religiosa, é muito expressiva. Trata-se do confronto entre o bispo D. Frei José da Santíssima Trindade, e o professor das cadeiras de Teologia Moral e Filosofia, pe. Antônio José Ribeiro, por ele nomeado, e que “*ensoberbecido com sua ciência ... desandou a pregar de sua cadeira novidades filosóficas, forçando o escrupuloso bispo a eliminá-lo do quadro dos professores.*” (Trindade, *op.cit.*: 401)

O que seriam as tais *novidades filosóficas*?

Não há qualquer novidade na postura do bispo e nem nas regulamentações do seminário. Elas fazem parte de um quadro maior que estruturou a forma, o sentido e os objetivos da educação que, implantada no período colonial, não perdeu as suas características principais no decorrer do século XIX. Tirando algumas pequenas diferenças a respeito de aspectos secundários, os colégios, públicos, ou privados (a maior parte, confessionais), se assemelhavam no essencial. Mesmo se a comparação se fizer com o colégio Pedro II, modelo de colégio público no século XIX, as semelhanças são enormes. A disciplina era tão ou mais rigorosa. A presença da autoridade era ubíqua (Needell, 1993: 76-80). Se, a partir de um determinado momento, passou a valorizar o estudo de disciplinas marcadas por um perfil não-religioso, ele o fez sob a pressão do tempo e das suas novas exigências que, a rigor, influenciaram a mudança, mesmo que pequena, nos colégios religiosos tradicionais. No início do século XX, o bispo D. Silvério e o reitor do Pe. Afonso Maria de Liguori, reconhecem a necessidade de reformas no programa de ensino do seminário “*que já se ressentia de sensíveis lacunas...*” (Trindade, *op.cit.*:415)

O programa curricular do seminário seguia o que era tido como modelo na época. Quando se sentia, no plano geral, necessidade de mudanças, em virtude de novas exigências sociais e culturais, a pressão por

transformações chegava também ao seu interior. O processo era o mesmo, quer seja tomado o que ocorria no seminário, ou no colégio do Caraça, ou no próprio Pedro II, embora deva se considerar o caráter específico dos colégios confessionais, onde a resistência à mudança era maior.

A educação sofre os condicionamentos históricos, sociais e culturais do tempo em que se realiza. Persegue os objetivos que são estabelecidos como desejáveis pelo tempo e, mais especificamente, pelos grupos sociais aos quais se liga. Ela não paira como um processo neutro, desligado das condicionantes sociais.

Karl Mannheim, estudioso da sociologia do conhecimento assim se expressa sobre a questão das representações culturais:

“... somente num sentido muito limitado o indivíduo cria por si mesmo um modo de falar e de pensar que lhe atribuímos. Ele fala a linguagem do seu grupo; pensa do modo que seu grupo pensa. Encontra à sua disposição somente certas palavras e seus significados... a Sociologia do Conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social... assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos, que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum”. (Mannheim, 1968:30-31).

Quando sua reflexão foca a especificidade da questão educacional, afirma:

“E nossa época não basta dizer que este ou aquele sistema, teoria ou política educacional são bons. Precisamos determinar para quê são bons, que metas históricas representam e se é esse o resultado educacional que almejamos.

Numa sociedade democrática, a fluidez das metas educacionais é uma pré-condição que serve aos interesses de grupos diferentes, que representam uma variedade de crenças religiosas, classes sociais, nacionalidades, agrupamentos profissionais e até raças.

Em educação, qualquer pretensão ao absoluto conduziria ao fanatismo, que deve ser evitado numa sociedade que se modifica rapidamente, como a nossa.

Ter uma finalidade ou um propósito é escolher entre valores. As finalidades ideais em grande escala são influenciadas pelo

contexto da época. O que pode ser alcançado pela educação, quer em termos de conhecimento, quer no tipo de caráter que ela deve ajudar a produzir, era, na Inglaterra medieval, necessariamente diferente de hoje". (Manheim e Stewart, p.66).

Para reforçar uma das idéias-força que subjaz a este artigo, pode ser esclarecedora a relação que Foucault estabelece entre verdade e poder. Os dois conceitos não podem ser dissociados. O saber instaura relações de poder. Poder de dizer o que é certo ou errado em determinado momento sobre determinada temática; de indicar técnicas e procedimentos adequados para aferição da verdade.

Por outro lado, o poder, que não pode ser reduzido ao poder político-jurídico-policial, incrustado nas mais variadas instituições, e utilizado por indivíduos ou grupos situados em posição de comando, estabelece a política do verdadeiro e do não verdadeiro. De tal modo que não é possível pensar num regime superior ou privilegiado sobre o estatuto do verdadeiro.

"O importante é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder... A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro". (Foucault, 1984:12)².

Estamos tratando de uma questão num período em que as alternativas, o pluralismo (no dizer de Mannheim) era muito restrito. A sociedade brasileira, nos séculos XVIII e XIX, era muito limitada nos planos econômico-social e cultural. Os modelos de pensamento eram oriundos do exterior. Por todo período colonial, vieram de Portugal. As rachaduras que se operavam na metrópole reverberavam na colônia. Mais tarde, século XIX, e mesmo por boa parte do século XX, o processo se repete, não mais tendo Portugal como modelo gerador de paradigmas.

O processo educacional, no período colonial, segue o cânon jesuítico, fortemente presente em Portugal, Espanha e nas suas colônias, até o

momento em que ocorre a ruptura com o *establishment* português, sob a tutela do Marquês de Pombal. O ideal educacional jesuítico era balizado pela idéia de uma sólida formação humanística e religiosa, possibilitada pelo cultivo de disciplinas com conteúdo e objetivos religiosos, tanto no ensino superior como nos demais níveis. O núcleo dos estudos era dado pela *Ratio Studiorum*, sistematizada em 1599. Fé e razão, filosofia e teologia se complementam, embora, sobretudo na questão da relação entre as últimas, haja uma clara supremacia da teologia. O que se pretende é formar o homem religioso, letrado e erudito (daí a importância das atividades literárias e acadêmicas), capaz de viver e compreender este mundo, sem nele se fixar. Sementes da verdade podem ser encontradas em culturas não cristãs, como as clássicas, muito valorizadas nos colégios jesuíticos.

A *Ratio Studiorum* era a combinação das sete artes liberais (os antigos *trivium* e *quadrivium*) mais o estudo dos autores clássicos latinos selecionados.

O veículo de comunicação era a língua latina. As línguas vernáculas foram desprezadas e o grego foi colocado em plano secundário.

Disciplina, obediência, dogmatismo e utilização de metodologias que facilitavam a absorção do conhecimento, eram atitudes muito valorizadas e faziam parte da *weltanschauung* da época.

Esse modelo educacional, sem dúvida, tem méritos (não se pode perder aqui a perspectiva histórica da época), mas criou uma crosta difícil de ser rompida em Portugal e Espanha, na medida em que ele foi refratário aos anseios intelectuais de modernidade que floresceram em outras regiões da Europa. Era compreensível que tivesse tais efeitos: a Companhia de Jesus era o baluarte da contra-reforma, que atuou fortemente na Península Ibérica. Os ideais iluministas só ganharam terreno em Portugal em meados do século XVIII, com a ascensão do Marquês de Pombal, e mesmo assim de forma enviesada, sem a força que tiveram em outros lugares.

Ao ser criado, o seminário de Mariana, dirigido por um padre Jesuíta, seguiu esse modelo. A proposta era o ensino de gramática, filosofia e teologia moral. A atuação dos dois primeiros bispos, D. Frei Manuel da Cruz e D. Frei Domingos Pontevel (período encerrado em 1793), estão numa linha de continuidade: a sua atuação passou ao largo do espírito das luzes. Compreensível: o seu escopo era outro: educar a elite mineira, formar clérigos para atuar na capitania de Minas Gerais dentro do espírito do Concílio de Trento.

As mudanças que, aos poucos, vão surgindo, são o fruto da força histórica do tempo, das conjunturas e das estruturas que exercem um poder de pressão para o surgimento de fatos, tramas e processos sociais,

embora não se deva cair em qualquer forma de sociologismo ou de determinismo histórico.

Era diferente o modelo educacional do Caraça e de outros colégios confessionais do Brasil?

Mesmo o colégio Pedro II, a despeito da sua especificidade, e em uma época já mais avançada no tempo, punha no cultivo das humanidades uma ênfase maior.

Em 1865, sob a administração do bispo D. Antônio Ferreira Viçoso, e de acordo com o regulamento vigente, as matérias ensinadas no seminário já abarcavam um leque maior, em sintonia com o tempo e com a realidade de outras casas de ensino, quer leigas, quer confessionais. A relação é a seguinte, obedecendo a uma ordem decrescente de importância e carga horária: Gramática Latina, História Sagrada, Língua Portuguesa, Língua Francesa, Geografia, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Catecismo e Princípios de Música.

A disciplina continua rigorosa, como era praxe em todos os colégios.

Em 1902, o bispo de Mariana, D. Silvério de Mercês, recomendava ao novo reitor do seminário, padre Afonso Maria de Liguori Germe, a implantação de reformas inadiáveis no ensino ministrado. Acusava o descompasso entre o que era trabalhado e as necessidades sociais, além da disciplina enfraquecida. Dizia:

“A educação literária, cívica e religiosa do nosso Seminário exige melhoramentos que desejamos introduzir, para que ela possa corresponder às necessidades da diocese e do tempo. É preciso que haja um curso de ciências naturais, ao menos Física, Química e História Natural. O estudo das matemáticas... é tido em pouca consideração pelos alunos (...) É de toda conveniência que se dêem aos alunos noções e ensinamentos práticos de civilidade cristã (...) Muitos incômodos que sofrem os alunos do seminário se podem atribuir a defeitos que cometem na mesa ou depois das refeições, não fazendo exercícios suficientes, etc”. (Trindade, op.cit.:416-417).

Pode-se observar como o leque de preocupações com a formação dos alunos aumentou. Além do claro objetivo religioso, já se percebe a necessidade de adequação às exigências de um novo tempo. Daí a lacuna que foi diagnosticada no trabalho educativo, justificando o pleito do bispo.

O tempo, contudo, não é um conceito unívoco. Ele deve ser entendido histórica e socialmente. Cada época impõe os seus modelos de pensamento e ação em resposta às injunções políticas, econômicas e ideoló-

gicas, sem que se possa pensar num traçado linear que sirva de fio condutor a empurrar os processos sociais a um porto seguro, previamente discernível.

Se se pode perceber nos colégios brasileiros do século XVIII uma preocupação com a proliferação dos ideais da ilustração, numa clara opção pelos aspectos religiosos, ligados ao Concílio de Trento, da formação educacional, a situação é outra no século XIX.

Por muito tempo, a sociedade brasileira esteve marcada pela pressão da luta em torno da afirmação da nacionalidade por meio da institucionalização do Estado Nacional.

Esta luta, que foi prioritária e constringente até o fim da primeira metade do século XIX, implicava no desenvolvimento de uma série de ações com grande poder de pressão sobre todas as instâncias da vida social.

Da estruturação de um tipo de economia, agora gerida internamente, evidentemente sob a pressão do cenário e das potências internacionais; passando pela luta política em torno da institucionalização do Estado Nacional, do estabelecimento dos seus estatutos jurídicos, da definição de suas fronteiras e manutenção da sua integridade territorial; até a luta em torno da definição das suas referências culturais, numa espécie de tomada de consciência da sua identidade frente a outros povos.

No caso, era muito importante o delineamento da especificidade do ser brasileiro que, senso comum, implicava na afirmação de atitudes e comportamento (na posse de uma consciência coletiva) diferenciados daquilo que identificava os hispano-americanos e os portugueses.

Não contavam neste ponto os EUA, nação muito jovem com a qual o Brasil pouco se relacionava. A referência procurada era a Europa, mais especificamente a Inglaterra e a França, modelos de civilização que exerciam grande magnetismo sobre a elite brasileira.

As lutas, discussões e conflitos que empolgaram a primeira metade do século XIX implicava, no fundo, na definição de um novo tipo de cidadão, entendido como um sujeito político e social inserido no contexto de um Estado-Nação que buscava se afirmar e impor sua soberania.

As instituições culturais e educacionais sentiram o impacto desta força de pressão, assimilando e se definindo em função dela.

As instituições de educação superior e os colégios se outorgavam como missão educar a elite social, cultural e política do país, construtores em maior ou menor escala da civilização brasileira. São homens religiosos, amantes da cultura livresca e acadêmica, prontos a servir à pátria e com consciência do seu papel histórico.

A despeito de algumas peculiaridades era assim que concebiam a sua missão o Colégio do Caraça, o Colégio Pedro II e o Seminário de Mariana, entre outros.

O bispo D. Silvério, em artigo de 1896, ao homenagear o Pe. João Batista Cornagliotto, reitor do seminário por 40 anos, assim se expressou:

“Desde de 1856 rege o Pe. Cornagliotto o Seminário com tal acerto, exatidão, disciplina e espírito, que o nosso Seminário a nenhum dos do Brasil dá vantagem, e muitos dos da mesma Europa lhe pode ter inveja.

Já os homens verdadeiramente de bem que se têm formado à sua sombra, sacerdotes e seculares, pais de família, professores, médicos, advogados, fora tarefa difícil de numerar.

Os homens educados no Seminário nestes 40 anos, em todos os lugares onde estão e em todas as posições que ocupam, têm sobre outros em iguais condições um cunho de superioridade que os torna sempre distintos”. (Trindade, op.cit.: 424-425).

Claramente está aí estabelecido um ideal de cidadão a ser formado: clérigo ou secular, todos religiosos, distintos, superiores, em qualquer profissão que venham a exercer. A relação de pessoas ilustres que estudaram no Seminário corrobora as afirmações do bispo. Todas são pessoas muito religiosas, algumas na condição de religiosos, envolvidas com os afazeres políticos, com sentimento de distinção e superioridade, portanto, com uma missão histórica a desempenhar. Sentimento que não precisa ser explicitado a todo momento, sinal de fragilidade. Quanto mais arraigado, mais forte, mais dado como natural, menos necessitado de afirmação verbal.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos maiores políticos do século XIX no Brasil, no discurso de inauguração do Colégio Pedro II, em 25 de março de 1838, ocasião em que exercia a função de ministro do império, assim se expressa:

“...e a mocidade de par com as doutrinas, que hão de formar o seu coração e aperfeiçoar a sua inteligência, aprenderá a respeitar as leis e as instituições, e conhecerá as vantagens da subordinação e obediência. (...)

E V. Excia., colocado à testa da civilização e da instrução fluminense, está constituído o pai, e o apóstolo desta esperançosa mocidade, que aprendendo em V. Excia. a independência da virtude, a firmeza do caráter, a energia, e o valor da ciência, a pureza da moral e o respeito da religião, tem de dar à pátria, à nação, à liberdade, ao trono e ao altar, servidores fiéis, honra e glória do nome brasileiro”. (Vasconcelos, 1999: 245-246).

Emerge o modelo de cidadão a ser formado num colégio que tem uma diferença enorme em relação a muitos outros colégios do Brasil, pelo fato de ser leigo, público e oficial. No entanto, o modelo de cidadão pretendido não difere, em essência, do de outros colégios.

Estudos mais específicos podem revelar o quanto essa conjuntura nacional da primeira metade do século XIX influiu na modelagem de um padrão cultural brasileiro distinto do de outras nações, sem que isto signifique a concepção de modelos culturais puros e sem relacionamentos, quase impossíveis de serem pensados nos tempos modernos.

Em que medida o processo de estruturação do Estado Nacional brasileiro e a afirmação da sua soberania influenciou a literatura e a constituição de uma língua portuguesa brasileira? São processos difíceis de serem dissociados, haja vista que o processo de constituição da língua nacional tem um forte componente político. Que repercussão teve esse processo na política de ensino dos colégios brasileiros? São questões para as quais já há algumas respostas e que demandam estudos mais pormenorizados.

A segunda metade do século XIX não é marcada pelas injunções políticas que caracterizaram a primeira.

A segunda metade do século assiste ao crescimento vertiginoso da economia capitalista, que tem na Europa o seu centro dinâmico, embora todo o planeta tenha sido afetado. Processos científicos e tecnológicos mudam cenários, mentalidade e estruturas sociais. Os ocidentais interpretam esse processo como o do triunfo da modernidade, da civilização e do progresso.

As estruturas sociais e políticas vão, lentamente, se flexibilizando. É impossível pensar esta tremenda mudança social sem ligá-la a mudanças no campo da educação, tanto em termos de ampliação da escolaridade, facilitação à entrada do gênero feminino, quanto às mudanças na organização pedagógica nos campos metodológicos e organização curricular.

O clamor pela reforma do Seminário de Mariana, feita pelo bispo D. Silvério em 1902, em que ele reconhece o descompasso das exigências sociais e a resposta pedagógica dada pelo seminário, não seria reflexo da nova conjuntura social vivenciada tanto na Europa como no Brasil?

A leitura do seu memorial, de 22 de agosto de 1902, não deixa dúvidas. Ele propõe um curso de ciências naturais (Física, Química e História Natural), a revitalização do ensino de matemática, noções e ensinamentos práticos de civilidade cristã (além de aspectos teóricos, o bispo pensa em ensinamentos de atitudes práticas como modos de portar-se à mesa, na rua e em sala de aula), entre outros pontos abordados (*Id.*: 416-417).

Quanta diferença em relação às aulas de retórica, filosofia e teologia dos primeiros tempos!

Este estudo pretendeu evidenciar a importância do Seminário de Mariana na formação de religiosos e civis para Minas Gerais e Brasil ao longo dos dois séculos de sua existência. É uma aproximação preliminar sobre uma temática que será explorada mais detalhadamente em estudos posteriores.

Ele também sugere que a sua atuação obedeceu às injunções do tempo, passando de uma postura eminentemente religiosa, nem por isso menos política, à abertura para o reconhecimento de novas necessidades e disciplinas para atendê-las.

Ao longo do tempo permaneceram as exigências de uma disciplina dura, rígida, entendida como instrumento de formação e de têmpera, e o ideal de formação de um cidadão temente a Deus, dedicado ao cultivo das virtudes morais e cívicas e voltado à construção da pátria, missão própria de homens com educação e com sentimento de distinção e superioridade que os colegas, incluindo o Seminário de Mariana, se atribuíam a executar.

Notas

- * Isaías Pascoal é doutorando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas da Unicamp; Maria Ruth de Carvalho é doutoranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.
1. Cf. Regulamento do seminário episcopal de Mariana. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana, pasta 15, gaveta 2, arquivo 3 – bispo D. Viçoso (1844-1875).
 2. Outras referências podem ser encontradas nas páginas 13, 14, 236. Cf. também Susan J. HEKMAN. *Hermenêutica e sociologia do conhecimento*. Lisboa: edições 70, 1986, pp. 241-258.

Referências bibliográficas

- CARRATO, J. F. (1967) *Igreja, iluminismo e escolas coloniais mineiras*. Tese ao concurso de livre-docência da cadeira de História da Civilização Brasileira, da FFCL da USP.
- FOUCAULT, M. (2000) *A ordem do discurso*. 6ª ed., São Paulo: edições Loyola.
- _____. (1984) *Microfísica do poder*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Graal.
- HEKMAN, S. J. (1986) *Hermenêutica e sociologia do conhecimento*. Lisboa: Edições 70.
- HOBBSAWN, E.J. (1990) *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IGLÉSIAS, F. *Minas Gerais*. In: *História geral da civilização brasileira* (org. por HOLANDA, Sérgio Buarque.), 5ª ed., tomo II, 2º vol., São Paulo: Difel.

- MANNHEIM, K. (1968) *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____. & STEWART, W. A *Introdução à sociologia da educação*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix.
- MAXWELL, K. (1977) *A Devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil – Portugal – 1750-1808*, Rio Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1996) *Marques de Pombal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- NEEDELL, J. D. (1993) *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, A.C. de. (2001) *A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-93)*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de história do IFCH – Unicamp.
- Regulamento do seminário episcopal de Marianna*. Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana, pasta 15, gaveta 2, arquivo 3 – bispo D. Viçoso (1844-1875).
- SAINTE-HILAIRE, A. de. (1975) *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo.
- TRINDADE, R. (1953) *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. 1º v., 2ª ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.
- _____. (1951) *Breve notícia dos seminários de Mariana*.
- VASCONCELOS, B. P. de. *Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II*. In: CARVALHO, J. M. de (org.) (1999) *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Coleção Formadores do Brasil, São Paulo: Editora 34.
- VERMES, G. & BOUTET, J (orgs.) (1989) *Multilinguismo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- WEBER, M. (1994) *Economia e Sociedade*. v. 1, 3ª ed., Brasília: Editora da UNB.